ISSN: 2446-6549
| Seção: Artigo |
http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.09

INTERESPAÇO
Revista de Geografia e Interdisciplinaridade

NOVOS TERRITÓRIOS DO MORAR EM CIDADES PEQUENAS: a autossegregação espacial em Casa Nova – BA

NEW TERRITORIES OF LIVE IN SMALL CITIES: the special self-segregation in Casa Nova – BA

NUEVOS TERRITORIOS PARA VIVIR EN PEQUEÑAS CIUDADES: autosegregación espacial en Casa Nova – BA

Joanna Célia Rodrigues Oliveira
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – PPGG/CCEN/UFPB.
joannacelia@hotmail.com / http://orcid.org/0000-0002-1072-9183

Cláudio Smalley Soares Pereira
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Campus Presidente Prudente/SP. Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Petrolina.
clasmalley@gmail.com / http://orcid.org/0000-0002-4624-4057

Recebido: 11/07/2022; Aceito: 20/10/2022; Publicado: 17/01/2023.

RESUMO

O presente artigo analisa os novos territórios do morar em cidades pequenas. Parte-se do pressuposto de que as transformações contemporâneas do capitalismo redefiniram o papel das cidades e suas estruturas urbanas. Nesse bojo, os espaços de moradia foram transformados e as dinâmicas econômicas, sociais e espaciais da reestruturação do capital pavimentaram a expansão de novas formas do morar para cidades de distintos tamanhos e complexidades. Casa Nova, na Bahia, é o centro urbano que será o foco deste trabalho. Busca-se revelar as transformações do espaço urbano e o modo como a estruturação espacial, associada aos imperativos do capital em termos de novos espaços de moradia, se expressa nesta cidade em termos de processos de autossegregação. Os espaços residenciais fechados, atualmente, configuram, assim, uma nova forma-conteúdo da moradia presente, também, em cidades pequenas.

Palavras-chave: Espaços Residenciais Fechados; Cidade Pequena; Autossegregação.

ABSTRACT

The present article analyze the new territory of Live in small cities. starting from the assumption that contemporary transformations of capitalism redefine the city function and urban structures. The living spaces were transformed, and the economic dynamics, social and spatial of capital restructuration paved the expansion of new ways of living to cities with distinct sizes and complexities. Casa Nova, from Bahia, it is the urban center that will be the focus of this paper. Research reveal the urban space transformations and the way how spatial structure, associate to the imperatives of capital in terms of new living spaces, it is in this City in terms of self-segregation. The closed residential spaces, currently, create, a new form-content of present home, also, in small cities.

Keywords: Closed Residential Spaces; Small City; Self-Segregation.

RESUMEN

Este artículo analiza los nuevos territorios habitacionales en pequeños pueblos. Se supone que las transformaciones contemporáneas del capitalismo redefinirán el papel de las ciudades y sus estructuras urbanas. En este abultamiento, los espacios habitables se transformaron y las dinámicas económicas, sociales y espaciales de la reestructuración del capital abrió el camino para la expansión de nuevas formas de vivienda para ciudades de diferentes tamaños y complejidades. Casa Nova, en Bahía, es el centro urbano que será el foco de este trabajo. Busca revelar las transformaciones del espacio urbano y la forma en que la estructura espacial, asociada a los imperativos del capital en términos de nuevos espacios habitacionales, se expresan en esta ciudad en términos de procesos de autosegregación. Los espacios residenciales cerrados, en la actualidad, también configuran una nueva forma-contenido del habitar, también, en las pequeñas ciudades.

Palabras clave: Espacios Residenciales Anticuados; Ciudad Pequeña; Autosegregación.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é constituído a partir das dinâmicas e processos dialéticos, historicamente cumulativos e contraditórios, entre os seus diferentes agentes produtores. Os interesses que permeiam a disputa no e pelo espaço urbano, ora apropriado como mercadoria, ora reivindicado pelo seu valor de uso, adquiriu proporções diferentes sob o modo de produção capitalista contemporâneo, ocasionando uma intensificação na separação socioespacial, marcada pela produção de uma sociedade dividida em classes e em suas expressões espaciais.

Essa separação, condicionada pela estrutura social e, portanto, condicionante da mesma, apresenta características contraditórias que podem ser apreendidas através da análise dos processos de segregação e autossegregação socioespacial. Os mesmos são compreendidos, nessa pesquisa, como sendo processos que segregam sujeitos e classes sociais e que, na sua dimensão objetiva e subjetiva, atuam produzindo uma divisão desigual do espaço. Partindo do pressuposto que a cidade é produzida visando à viabilização da circulação de capital, em detrimento das necessidades coletivas, levanta-se o seguinte questionamento: quais são os processos responsáveis pela produção residencial desigual na cidade de Casa Nova/BA e, de modo mais amplo, pela produção capitalista do espaço nesta cidade?

Compreender como se desenvolve o processo de autossegregação socioespacial em diferentes cidades e escalas geográficas é fundamental para o entendimento das interações entre sujeitos sociais e o espaço nas cidades brasileiras. A presente pesquisa buscou investigar os processos da autossegregação residencial na cidade de Casa Nova/BA, em um recorte temporal que vai de 1976 (momento em que a cidade muda de localização, devido à construção da barragem de Sobradinho), até os dias atuais. Para fins deste artigo, no

entanto, a análise é realizada focalizando os novos territórios do morar, que são, fundamentalmente, os espaços residenciais fechados.

Parte-se do pressuposto de que as transformações contemporâneas do capitalismo redefiniram o papel das cidades e suas estruturas urbanas. Nesse bojo, os espaços de moradia foram transformados e as dinâmicas econômicas, sociais e espaciais da reestruturação do capital pavimentaram a expansão de novas formas do morar para cidades de distintos tamanhos e complexidades. Busca-se revelar as transformações do espaço urbano e o modo como a estruturação espacial, associada aos imperativos do capital em termos de novos espaços de moradia, se expressa nesta cidade em termos de processos de autossegregação. Os espaços residenciais fechados, atualmente, configuram, assim, uma nova forma-conteúdo da moradia presente, também, em cidades pequenas.

Para pesquisar o processo da segregação socioespacial, em sua dimensão autossegregativa, é preciso considerar as dinâmicas contraditórias, identificadas no espaço urbano, que são formadas em uma interação dialética entre os sujeitos, classes sociais e o espaço geográfico, isto é, por meio da práxis social. Nessa relação histórica, a dialética como método de análise é capaz de demonstrar como as forças econômicas, sociais e políticas na escala de uma cidade pequena, com divisão do trabalho menos complexa, são capazes de promover fragmentações socioespaciais, de modo que a totalidade das relações em escalas mais amplas não sejam marginalizadas, ao contrário, se tornem presentes nos fenômenos analisados.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se baseou em três momentos: um primeiro referiu-se ao levantamento bibliográfico dos temas, livros e artigos que constituíram a base fundamental de leitura cujas temáticas versavam sobre a autossegregação e a produção do espaço urbano; um segundo momento teve como base pesquisas com dados secundários, com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Atlas do Desenvolvimento Humano que focalizam condições de renda, trabalho, habitação etc. e, por fim, em um terceiro momento, foram realizados trabalhos de campo que constituíram uma importante etapa no percurso da investigação, na qual foi possível capturar imagens e informações que facilitaram o processo de compreensão da produção capitalista da cidade e das lógicas econômicas que produzem o espaço urbano de Casa Nova. Por conseguinte, os objetos empíricos selecionados foram as diferentes formas de habitação dispostas no tecido urbano da cidade, sobretudo os empreendimentos residenciais fechados, que configuram os novos territórios do morar na cidade em tela.

Em vista disso, o artigo está estruturado em três partes: a primeira trata sobre a produção do espaço urbano no capitalismo contemporâneo; em seguida, abordam-se as

cidades pequenas e as novas formas do morar, onde se apresenta uma breve conceituação referente às principais características da efetivação dos empreendimentos residenciais fechados e as suas contradições socioespaciais; por fim, analisa-se a autossegregação socioespacial em Casa Nova/BA, abordando os aspectos teóricos acerca dos agentes produtores do espaço urbano, bem como as suas intervenções, disputas e interesses responsáveis pela produção, reprodução, domínio e controle do espaço, no qual o aspecto teórico da autossegregação socioespacial torna-se visível através da produção das novas formas de habitação dispostas, bem como pelas desigualdades socioespaciais urbanas.

A proposta desse estudo torna-se importante para o fortalecimento do debate acerca das transformações ocorridas no espaço urbano que remetem às cidades pequenas da região Nordeste, pois incita a busca pela compreensão dos processos que atuam na produção e reprodução de dinâmicas segregativas em espaços urbanos não metropolitanos.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CAPITALISMO CONTEMPORANEO

Os agentes da produção do espaço urbano, segundo Corrêa (1989), são responsáveis por sua produção e reprodução e travam disputas intermináveis pelo domínio e controle do espaço. Na sociedade contemporânea, o solo urbano é alvo de cobiça para alguns e uma questão de sobrevivência para outros. É a luta de classes materializada no espaço (LEFEBVRE, 1976), encontrada, em menor ou maior grau por todo o planeta. Em meio a essas dinâmicas: quem (ou o quê) é responsável pela partilha urbana desigual que fragmenta e condiciona diferentes seguimentos sociais?

O espaço capitalista adquire funções no contexto contemporâneo. É utilizado enquanto meio de produção, uma vez que possibilita a circulação das mercadorias, a exploração do trabalho e a extração da matéria-prima. É consumido, quando apropriado de espaços para o lazer e é orientado, sociopoliticamente, para a reprodução (LEFEBVRE, 1976).

Essa orientação pode ser compreendida enquanto ferramenta usual do Estado que atua por meio das instâncias de forças coercitivas, na manutenção das hierarquias. Todavia, as disparidades que se materializam no espaço, que segrega e homogeniza seguimentos sociais, não os fazem com a subserviência dos sujeitos. O espaço capitalista, dentre as suas inúmeras facetas, também é formado pelo embate social ou, como diz Lefebvre (1976), pela luta de classes.

Este embate é claramente percebido na disputa cotidiana por um espaço que produz, a partir do trabalho humano, e é transformado em objeto de especulação, na

passagem entre o capital industrial e o capital financeiro. Ao contextualizar a transformação do espaço em mercadoria, Carlos (2015, p. 26) aponta que:

> Nesse processo, a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reprodutível, o que abriu perspectiva para um novo ciclo de acumulação. O desenvolvimento do capital financeiro cria um novo ciclo de acumulação com a expansão de novas atividades, focando o espaço-mercadoria.

As configurações espaciais que surgem, a partir dessa transformação do espaço em mercadoria, advêm da necessidade de efetivação do ciclo do capital. As cidades, em suas diferentes escalas, são conectadas para garantir a produção, a circulação e o consumo (HARVEY, 2006). A exploração do trabalho é, nesse contexto, fundamental para as configurações espaciais. O ambiente rural, que outrora continha um caráter antagônico ao espaço urbano, industrializa-se, mantendo a sua importância no processo de acumulação. Têm-se, então, uma nova relação espaço-tempo.

Nessa nova relação, o espaço é um instrumento político controlado. Não somente no plano da produção, mas da re-produção. Nesse sentido, por ser inteiramente ligado às relações sociais, "o espaço inteiro torna-se lugar dessa reprodução [...] o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade e, etc." (LEFEBVRE, 2008, p. 49).

Durante o processo de reprodução, o espaço, em seu valor de uso e de troca, expõe as contradições inerentes ao sistema capitalista. Dividido em partes, é apropriado de forma desigual pelos sujeitos; o acesso às instalações, produzidas pelos trabalhadores (sobre e no espaço), seguem diretrizes econômicas, selecionando quem usufrui a partir da renda e não da necessidade. Dessa forma, a cidade, na contemporaneidade, explicita as desigualdades e contradições sociais do tempo vigente.

As características espaciais, observáveis na materialidade urbana, carregam marcas pretéritas, que remetem às dinâmicas econômicas, políticas e socioculturais de uma determinada conjuntura. Carlos (2007, p. 57) aponta que: "[...] a cidade surge da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar a sua independência visando determinado fim".

Resultado e expressão das contradições, a cidade capitalista segrega, negando o acesso à cidade e aos seus serviços, da plenitude social, concedendo o papel principal de produção do espaço em grande escala, ao capital. Como produto de uma sociedade de classes, a cidade se torna hostil para àqueles que detêm menos poder econômico e político, uma vez que não é pensada para viabilizar o bem-estar coletivo. No tocante às cidades

brasileiras (em sua fase de urbanização moderna, com o processo de industrialização), suas formas apresentam toda essa complexificação socioespacial.

Sob o modo de produção capitalista, as relações sociais formam um espaço abstrato (LEFEBVRE, 1976). A cidade, enquanto fenômeno espacial é múltipla, sendo meio de produção (interligando fluxos e fixos), objeto de consumo (para a produção material e lazer coletivo), uma ferramenta política (exercendo o controle coercitivo em seu território) e campo de lutas sociais, que revelam uma das suas características intrínsecas: o valor de uso (LEFEBVRE, 1976).

No Brasil, a dinâmica urbana começa a se efetivar durante o século XVI. Entretanto, a consolidação das redes, que interligam diferentes espaços e que antecipam as formas e as contradições urbanas, somente pode se consolidar a partir do século XVIII. No âmbito econômico, a extração de minérios e a agricultura comercial proporcionaram os recursos da maioria das capitais brasileiras. Todavia, o principal fator de crescimento da urbanização, em escala nacional, se dará apenas após a segunda metade do século XX, período em que a expansão industrial proporciona o aumento nos serviços terciários e o crescimento da malha urbana (SANTOS, 1993).

No tocante à conjuntura socioeconômica que permeia a expansão nacional brasileira rumo a uma sociedade urbano-industrial, Monte-Mór (2006, p. 16) assinala que:

> O tecido urbano, no Brasil, teve sua origem na política territorial ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares [...] o velho binômio Energia e Transporte transformou-se, nos anos setenta, em investimentos e infraestrutura (rodovias, hidrelétricas), comunicações, serviços financeiros, entre outros. Os capitais internacionais que demandaram o Brasil associaram-se à construção civil, ao latifúndio subsidiado e à agroempresa [...] através do tecido urbano estenderam-se (aparato do) Estado, a legislação (trabalhista e previdenciária), redes de comunicações e serviços urbanos e sociais (produção e consumo), potencialmente por todo o País, dos centros dinâmicos às fronteiras de recursos naturais.

De acordo com o autor supracitado, o urbano contemporâneo no Brasil excede a dicotomia cidade-campo, demonstrando que o tecido urbano se espalha ressignificando relações, normas, formas de produção econômicas e espaciais que ultrapassam o seu entorno. Uma nova configuração socioespacial se efetiva através do espaço privatizado e esta, por sua vez, proporciona uma urbanização extensiva que deixa traços das diretrizes mercadológicas por todo o território. O melhoramento técnico possibilita a fluidez bem como o avanço nas áreas relacionadas à saúde, educação, comunicação, transporte e moradia. A "região concentrada" (SANTOS, 1993) se opõe àquelas esvaziadas de investimentos revelando, por sua vez, as contradições socioespaciais inerentes à "seletividade espacial" (SANTOS, 1993) no território nacional.

No seio desse processo de urbanização e de transformação da cidade capitalista, é necessário refletir sobre de que modo as pequenas cidades se configuram e são produzidas, bem como a respeito dos processos atinentes ao período contemporâneo que, dentre outras coisas, produzem novos territórios de moradia.

A CIDADE PEQUENA DE CASA NOVA: breve contextualização

As cidades pequenas são um objeto de difícil conceituação. Elas são compreendidas através da junção entre o aspecto quantitativo e qualitativo, que reverberam na apreensão das suas interações espaciais e do modo como se estruturam seus papéis e funções nas redes urbanas. Dessa forma, a análise aqui realizada, parte-se do pressuposto que o número de habitantes e/ou a área territorial não é suficiente para descrever a complexidade desses espaços urbanos. É preciso, portanto, levar em consideração a divisão social do trabalho e o seu papel no âmbito do sistema urbano bem como as refuncionalizações que ocorrem nos contextos de reestruturação econômica e espacial (CORRÊA, 1999). Nesse sentido, concordamos com Sposito (2010), para quem:

> [As] cidades pequenas de uma região ou localizadas em áreas geográficas que foram reconhecidas, tanto política como cientificamente como regiões, articulam-se, no período atual, com cidades maiores (médias, grandes ou metropolitanas) localizadas em outras áreas, reconhecidas ou não como regiões, pertencentes ou não à mesma rede urbana. Os vetores de alteração das relações do tipo hierárquicas têm sido determinados pelos interesses de uma economia internacional, que se articula a partir de sistemas de comunicação e informatização cada vez mais velozes.

As funções urbanas que a cidade pequena desempenha estão relacionadas com o tamanho populacional e com as dinâmicas campo-cidade. Tais funções correspondem à disponibilidade de infraestrutura básica nas "cidades locais" (SANTOS, 2004) que, por sua vez, intensifica o grau de dependência, fazendo com que a sua população se dirija às cidades intermediárias ou mesmo metrópoles, para suprir muitas de suas necessidades. Isso não significa, no entanto, que as cidades pequenas não fornecem subsídios para os seus citadinos, suprindo, dessa forma, as demandas mínimas. Daí que, conforme Endlich (2006, p. 31) apontou de forma bastante perspicaz ao se referir sobre o estudo da urbanização, "não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana".

Todavia, não é possível desconsiderar que a mundialização econômica articulou as cidades com os mais diversos territórios (em escala nacional e internacional). No caso de Casa Nova/BA, a produção de vinhos para a exportação alinhada à criação de caprinos, demonstra a sua conexão com o comércio internacional e explica, também, o seu

crescimento demográfico, que destoa dos parâmetros utilizados pelo IBGE para caracterizar o que seria uma cidade pequena. São novos papéis que as cidades pequenas adquirem na rede urbana no contexto da globalização (ENDLICH, 2006; SPOSITO, 2010).

Outros aspectos que auxiliam na caracterização das cidades pequenas no Brasil são feitos por Corrêa (2004, p. 75-76), ao apontar os caminhos possíveis para a evolução das cidades pequenas. De acordo com o autor:

> As transformações verificadas no campo alteraram o padrão desses pequenos lugares centrais, criando pelo menos quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram: I – Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico […] II - Pequenos centros especializados. III – Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho ou que assim nasceram […] IV – Pequenos centros em áreas econômicas e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos.

Uma das definições mais famosas é a proposta por Santos (1993), que prefere compreender o fenômeno como "cidade local", e não como "cidade pequena". Para o geógrafo, no contexto da urbanização brasileira no século XX,

> As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 1993, p. 51).

Essas mudanças de conteúdo estimulam a pensar o processo de segregação socioespacial em uma cidade pequena que ocorre, segundo Roma (2008), a partir de critérios que correspondem a aspectos específicos que esse espaço urbano possui, tendo semelhanças e diferenças em relação a outras cidades mais complexas, apreendido em uma escala geográfica diferente (ROMA, 2008). Dentre as semelhanças, destaca-se a existência e a expansão das novas formas do morar, com os condomínios fechados e os loteamentos murados.

Essas funções, adquiridas pelas pequenas cidades, podem ser entendidas como não centrais (ENDLICH, 2006), pois podem desempenhar um papel de oferecimento de residências temporárias, bem como promover um direcionamento para o estabelecimento e a expansão dos empreendimentos residenciais fechados, uma vez que apresentam áreas territoriais extensas.

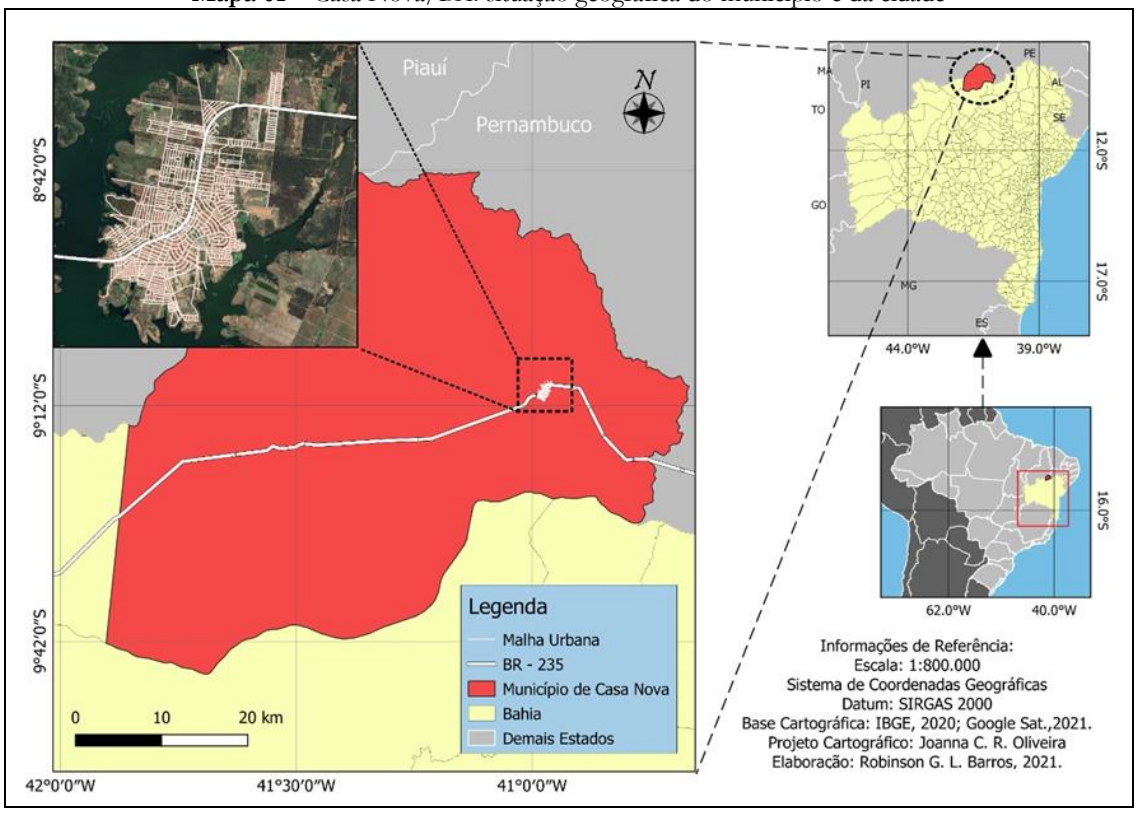
No que se refere às distinções, a maneira como os agentes produtores do espaço disputam a posse da terra diversifica-se; a relação entre o espaço urbano e o meio rural é mais evidente; a interação centro-periferia e grau de importância dessas cidades na rede urbana também apresentam características que dependem da escala de análise. No tocante ao contexto sociopolítico, a pequena cidade também pode ser vista, de acordo com Endlich (2006), como uma "cidade ideal", em que práticas urbanas equivocadas, tais como a percepção de que as cidades pequenas apresentariam processos socioespaciais menos complexos, são postas em prática.

Essa percepção, de acordo com a autora, advém de uma falsa premissa que associa baixa densidade demográfica a espaços mais fáceis de gerir e de controlar. Todavia, a "cidade concreta", sob o modo de produção capitalista, é forjada nas contradições, distanciando qualquer concretização de uma sociedade mais justa. No que concerne a cidade pequena, por exemplo, a sua população está inserida em um "conservadorismo político […] cuja reprodução ainda é fundamental para o agronegócio" (ENDLICH, 2006, p. 409). Tais limitações implicam diretamente na ausência de intervenção popular na construção do espaço urbano, aprofundando, assim, as desigualdades socioespaciais, como ocorre na cidade escolhida para essa pesquisa.

Alguns fatores conceituais apontados por Sposito (2009) contribuem para considerar Casa Nova como uma cidade pequena. Dentre eles: I – a forte relação entre o urbano e o rural, estabelecida a partir de relações socioeconômicas; II – A interação entre a sociedade e natureza; III – A relação entre cidade e região, verificada na interligação socioeconômica da cidade, com municípios vizinhos que integram a RIDE[1] Juazeiro – BA/Petrolina – PE; IV – A relação entre continuidade e descontinuidade, proporcionada pela exportação das mercadorias produzidas a partir da fruticultura irrigada; V – concentração e dispersão, verificada a partir de áreas com densidade populacional divergentes. O mapa 01 mostra a localização da cidade estudada.

[1]RIDEs é a abreviação utilizada para Regiões Integradas de Desenvolvimento. Criada pela Lei Complementar n.º 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto n.º 4.366, de 09 de setembro de 2002 (RIDESab, 2019), tem por objetivo minimizar os problemas urbanos das regiões que possuem um alto grau de interdependência socioeconômica.

Mapa 01 – Casa Nova/BA: situação geográfica do município e da cidade



Casa Nova/BA surgiu enquanto povoado em meados do século XIX, através da atividade econômica da extração de sal. Situada às margens do Rio São Francisco, o município foi criado em 1879, através de uma Lei provincial. Em 1979, a sede da cidade foi realocada, devido à construção da barragem de Sobradinho, transformando-se, pelo decreto lei 1316, de 12 de março de 1979, em um município de interesse da segurança nacional (PREFEITURA DE CASA NOVA, 2018).

A área territorial total do município é de 9.647,10 km² e sua economia gira em torno do setor de serviços, da criação de caprinos e do turismo (ADHB, 2017). No que se refere à fruticultura irrigada, Casa Nova ocupou o terceiro lugar entre os cinco maiores produtores de manga do país, no ano de 2020 (SEAGRI, 2021). Produz cerca de dois milhões de litros de vinhos por ano, sendo responsável por metade da produção da região do Vale do São Francisco (PORTAL CASA NOVA, 20??).

De acordo com reportagem publicada pela coluna *A Tarde* (2019), Casa Nova liderava, no ano de 2019, a criação de caprinos e ovinos no país, com 442 mil cabeças, caracterizando-se enquanto atividade econômica e de subsistência para os pequenos agricultores, a partir da produção de leite, de queijos e da comercialização da carne. O turismo também aparece enquanto atividade geradora de renda para a população casanovense, a partir das chamadas "Dunas do Velho Chico", área que, até 1976, correspondia à sede municipal.

Do ponto de vista da dimensão econômica, o município de 72,5 mil habitantes apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de R$ 0,6 milhão, sendo que 40,6% do valor adicionado advêm da Administração Pública. O setor de serviços possui a maior participação na economia da cidade (31,8%), seguido pela agropecuária (19,9%) e a Indústria (7,7%), que tem a menor participação na economia da cidade (CARAVELA, 2021).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, de janeiro a setembro de 2021, registrou-se um saldo positivo de 2.729 novos trabalhadores, superando a oferta de empregos no ano anterior, somando cerca de 9,4 mil trabalhadores com carteira assinada (CARAVELA, 2021). Ainda de acordo com o site previamente mencionado, a distribuição por setor trabalhista ocorre a partir do cultivo de árvores frutíferas, árvores trepadeiras e as atividades agropecuárias. Embora esses dados sejam considerados positivos, a composição da renda por classe econômica demonstra as contradições socioeconômicas do município e uma significativa concentração de renda.

Conforme Caravelas (2021), em Casa Nova, "as faixas de menor poder aquisitivo (E e D – de 2 a 4 salários mínimos) participam com 78,4% do total de remuneração da cidade, em contraposição aos estratos mais altos, que representam apenas 3,6%". Evidencia-se, dessa maneira, a concentração de renda entre as "classes econômicas", que por sua vez, reverbera na qualidade de vida da população local.

A contradição inerente à concentração de renda pode ser visualizada na materialização da pobreza e da desigualdade pelo espaço urbano, bem como no percentual de domicílios com água, esgoto e coleta de lixo. Entre os anos de 2013 a 2017, Casa Nova possuía 93,99% das residências com água encanada, destas, apenas 51,86% tinham acesso à rede de esgotamento sanitário e 99%, à coleta de lixo (ADHB, 2017), todavia, apenas 1,8% dos domicílios urbanos possuem urbanização adequada (IBGE, 2019).

Aspectos relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDMH), precisam ser salientados. No tocante à saúde, no ano de 2010, o índice referente à esperança de vida era de 71,97, e o de mortalidade infantil, na UF (número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade para cada mil nascimentos) era de 21,73 óbitos;

No aspecto da educação, um fator interessante é que a porcentagem de crianças e adultos na escola era de 83,45% (5 a 6 anos) e 23,86% (18 a 20 anos) (ADHB, 2017). O baixo índice de adesão escolar, e o alto índice de evasão escolar, de 12,80% no ensino médio, no ano de 2014, na idade adulta, podem refletir, diretamente, na adesão aos postos de trabalho ocupados pela população casanovense, estes, ligados, como mencionado anteriormente, à atividade agropecuária.

Essa breve explanação a respeito de dados sociais e econômicos ajuda a compreender melhor a cidade de Casa Nova e contribui para situar melhor a análise no âmbito da produção do espaço urbano. Associado a esses dados, o processo de expansão urbana revela de maneira bastante nítida que as classes sociais mais bem situadas nos estratos econômicos mais elevados têm buscado, como nas cidades médias e mesmo nas metrópoles, espaços residenciais nos quais a separação da cidade se coloca como norma. O processo de autossegregação espacial, assim, evidencia-se, também, no contexto atual da produção espacial das cidades pequenas, como veremos a seguir.

OS NOVOS TERRITÓRIOS DO MORAR EM CASA NOVA: o processo de autossegregação

O recorte aqui analisado busca contextualizar o conceito de autossegregação socioespacial associado à escala geográfica das cidades pequenas. Destarte, compreende-se como segregação socioespacial um rompimento radical (ainda que não absoluto) entre a parte segregada e a totalidade do espaço urbano (SPOSITO, 2013), representando não somente o afastamento residencial, em determinadas áreas da cidade, mas a dificuldade de acesso à cidade, diante das possibilidades de uso oferecidas no espaço urbano.

Os empreendimentos residenciais fechados que servem como base para a compreensão da autossegregação, nessa pesquisa, corresponde a uma mudança recente, datada no século XX, na produção do espaço urbano das cidades brasileiras (SPOSITO; GÓES, 2013). Dentre as suas características, ressalta-se a sua organização sob as diretrizes da iniciativa privada. Como salienta Corrêa (2013, p. 43):

> A autossegregação implica, ao menos por parte de membros do grupo de alto *status,* controle, em maior ou menor grau, do aparelho de Estado, das principais atividades econômicas, das melhores terras urbanizáveis e de empresas imobiliárias. Implica também acesso às informações sobre a cidade e sua dinâmica, assim como a existência de uma sólida rede social de amigos e parentes com interesses comuns, no âmbito da qual circulam informações que interessam ao grupo de alto *status.* Adicionalmente, o grupo autossegregado tem condições de criar ou influenciar normas e leis capazes de dar exclusividade e uso do solo, tornando-o impeditivo aos grupos sociais subalternos.

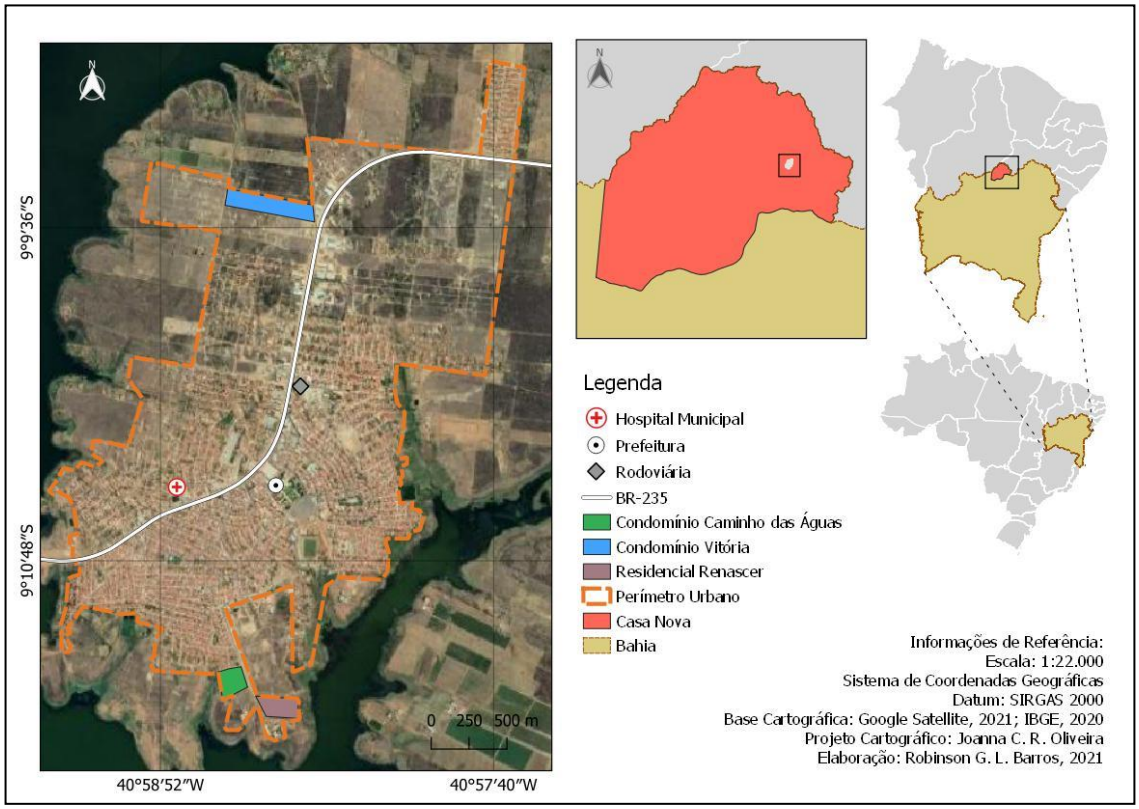
A atuação e reprodução da classe dominante, que está centrada no âmbito da acumulação do capital (BARRIOS, 1986), pode ser compreendida a partir dos interesses dos agentes que fazem e refazem a cidade. Segundo Corrêa (1989, p. 12), eles são: "[...] a) os proprietários dos meios de produção (os industriais); b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários: d) o Estado; e) os grupos sociais excluídos. A dinâmica socioespacial que constrói e reconstrói o espaço urbano, produzidas por tais agentes, não

ocorre de maneira igualitária nos distintos territórios, apresentando diferenças em maior ou menor grau e intensidade, a depender da escala de análise e dos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais característicos de cada espaço.

Os proprietários fundiários transformam a terra em mercadoria, buscando a ampliação da renda fundiária, através da concentração, transformação e conversão de terras rurais em terras urbanas. Também são importantes os promotores imobiliários que, por sua vez, ao se expressarem enquanto "capital imobiliário", atuam na produção de imóveis, dentre os quais aqueles voltados para os que detêm maior renda, com o auxílio do Estado. Este último (o Estado burguês), atua como produtor do espaço urbano a partir da implantação de serviços públicos que tendem a beneficiar o capital imobiliário através da "renovação" de áreas específicas (CORRÊA, 1989).

É importante salientar que os fatores que contribuem para a produção de um espaço urbano segregado podem ser visualizados em uma cidade pequena, através da apreensão das partes que compõem a sua totalidade. Na cidade de Casa Nova, essas características podem ser verificadas através da localização, presença e expansão dos empreendimentos residenciais fechados. O mapa 02 explicita a localização dos objetos de estudo empíricos dessa pesquisa, os mesmos apresentam aspectos característicos que os enquadra na concepção, aqui adotada, de espaços que apresentam a autossegregação socioespacial.

Mapa 02 – Localização dos objetos empíricos selecionados no espaço urbano da cidade de Casa Nova/BA.



Os espaços autossegregados são diferentes daquelas áreas de "segregação imposta" e de "segregação induzida", e podem ser compreendidos, de acordo com Corrêa (2004, p. 44), como sendo:

> Condomínios exclusivos e ruas protegidas, com amplas e confortáveis residências em ambiente limpo, seguro e com abundante vegetação, fazem parte da paisagem das áreas autossegregadas. Favelas, cortiços, modestas ou precárias moradias construídas no sistema de autoconstrução e conjuntos habitacionais, muitos dos quais recentes e já deteriorados, localizados, sobretudo, na periferia ou em áreas de risco, ou já caracterizadas pela obsolescência, com precária ou nenhuma infraestrutura urbana, sujas e inseguras, compõem a paisagem das áreas de segregação imposta. As áreas de segregação induzida, por outro lado, apresentam ampla variação no que diz respeito à qualidade da habitação e do ambiente.

Embora a segregação socioespacial seja mais facilmente visualizada no espaço urbano das grandes metrópoles, é importante salientar que as dinâmicas que reverberam nessa fragmentação do espaço originaram-se em núcleos urbanos pequenos (ENDLICH, 2006). Tais condições estão relacionadas à apropriação restrita do espaço, que ao se fazer valer em grande escala pela propriedade privada, dificulta a apropriação humana (ENDLICH, 2006). Nesse sentido, a busca pelos espaços para a moradia, nas cidades pequenas, apresenta a contradição inerente às disputas pelo espaço urbano, refletindo a condição mercadológica que permeia a sociedade vigente.

O processo de autossegregação urbana em Casa Nova/BA pode ser apreendido a partir do estabelecimento dos empreendimentos residenciais fechados Vitória e o Caminho das Águas, ambos construídos no ano de 2013. Esses novos habitats estão localizados em pontos estratégicos da cidade, oferecendo serviços como segurança, infraestrutura habitacional e lazer para os seus moradores. Esses espaços reforçam os "diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano" (CORRÊA, 2013, p. 43).

A identificação dos empreendimentos residenciais fechados foi feita levando-se em consideração: I – a existência de muros cercando os conjuntos habitacionais selecionados; II – controle residencial e social através de sistemas de segurança; III – regras estabelecidas por proprietários e/ou locatários sobre os imóveis e para o estabelecimento de pessoas; e IV – áreas de usos comuns. Tais aspectos podem ser observados nas imagens 2 e 3.

Imagem 2 – Casa Nova/BA: Condomínio Caminho das Águas

Fonte: Trabalho de campo (2021).

O empreendimento residencial fechado Caminho das Águas (imagem 2) está localizado na Av. AABB, n° 500, Bairro AABB – Casa Nova/BA. Inaugurado no ano de 2013, oferece aos seus moradores áreas para o lazer comum, ruas pavimentadas, habitações para um padrão social restrito e segurança, através do controle da entrada e saída de pessoas. As casas que o compõem são extensas, arejadas, as ruas são pavimentadas e os moradores contam com serviços de saneamento básico, que destoa de outros pontos da cidade.

O residencial fechado Vitória (imagem 3) está localizado na BR 235, n° S/N – Casa Nova/BA. Inaugurado no ano de 2013, oferece aos seus moradores áreas para o lazer,

quadra de esportes, ruas pavimentadas, guarita para o controle da segurança dos moradores. Nesse estabelecimento, o ir e vir de pessoas não residentes nos mesmos é um obstáculo que reflete a distinção social, através das barreiras de acesso e dos muros que separam quem está dentro e quem está fora.

Os empreendimentos residenciais fechados, aqui mencionados, localizam-se distantes da área central da cidade (conforme exemplifica o mapa 02), evidenciando a desigualdade social expressa no nível de renda dos seus moradores. Evidencia-se que o acesso à cidade e aos principais serviços não constituem um empecilho para a residir em tais empreendimentos, demonstrando a facilidade que os moradores desses espaços possuem no acesso aos bens de consumo.

A mobilidade urbana não é um fator preocupante para as pessoas que residem nesses espaços. A construção desses empreendimentos, nas bordas da cidade de Casa Nova, demonstra a tendência que o mercado imobiliário possui de buscar, segundo Sposito (2006, p. 182): a) baixo preço da terra; b) disponibilidade de glebas; c) acessibilidade e mobilidade urbana. E é nesse ponto que o acesso à cidade não se apresenta como um empecilho aos moradores dos empreendimentos residenciais fechados. Embora a cidade supracitada não possua a oferta de transportes públicos (uma clara limitação de locomoção para àqueles que não possuem transportes privados), o "ir" e "vir" para os moradores dos residenciais Caminho das Águas e Vitória não constitui um fator determinante para a escolha do onde morar, pois os mesmos fazem uso do transporte particular.

Imagem 03 – Casa Nova/BA: Empreendimento residencial fechado Vitória

Fonte: Trabalho de campo (2021).

Um contraste socioespacial interessante pode ser apreendido na comparação entre o empreendimento residencial fechado Caminho das Águas e o Residencial Renascer, ambos localizados no mesmo bairro (Av. da AABB), mas explicitamente diferentes. Enquanto o primeiro apresenta uma série de benefícios para os seus moradores, o segundo reflete as condições de moradias para pessoas com baixo poder aquisitivo, de moradias produzidas por meio de programas habitacionais públicos financiados pelo Estado.

Os espaços fechados entre muros, mencionados acima, refletem a necessidade de grandes áreas territoriais para o seu estabelecimento. Os dois empreendimentos, nesse sentido, localizam-se nos dois extremos da cidade de Casa Nova, demonstrando uma tendência de tais espaços residenciais instalarem-se em zonas periféricas, como pôde ser visto no mapa 2, provocando uma "redefinição do conteúdo do que é periférico nas cidades" (SPOSITO; GOÉS, 2013, p. 143). Tais empreendimentos evidenciam, de acordo com as autoras supracitadas, um modelo de organização residencial que adquire força, sobretudo nas cidades latino-americanas, através da idealização da segurança e do papel do medo. São residências que se propõem a elevar a qualidade de vida dos seus moradores, garantindo-lhes uma série de "benefícios exclusivos", restritos a uma determinada classe social.

Essas novas formas do morar diferem-se, para quem olha à primeira vista, pela beleza, com suas amplas ruas e moradias bem planejadas, que carregam em seu bojo um aspecto cobiçado por muitos, nos países que compõem a periferia do capitalismo: o fator segurança. As guaritas que controlam a entrada e a saída de pessoas, nos empreendimentos residenciais fechados Caminho das Águas e Vitória, é mais uma das novas ferramentas promovidas pela sociedade capitalista, que vende a falsa sensação de segurança através da individualização que separa seguimentos sociais.

Dessa forma, os empreendimentos residenciais fechados Vitória e Caminho das Águas, contribuem para o processo de autossegregação socioespacial através de:

> I – redefinição da divisão social do espaço, ao cercar habitações, provocando um isolamento social que fortifica e fortalece a homogeneização de uma classe social com alto poder aquisitivo, uma vez que o preço de um lote, sem a residência construída, apresenta custos elevados (a título de exemplo, constatou-se que um lote de 200 m² no Condomínio Vitória chega a custar R$ 40.000 reais segundo um site de anúncios imobiliários (MGF IMOVÉIS, 20??);
>
> II – A partir da composição de uma nova periferia que, com o estabelecimento dessas novas formas do morar, redefinem o preço do solo urbano, passando por um processo de valorização dessas áreas, bem como o de redefinição da centralidade;

III – Estabelecem uma nova relação entre o público e o privado em que, tomando como pressuposto Sposito e Góes (2013), restringe o direito de ir e vir, impedindo os não moradores de circular livremente por esses espaços.

Tomando como pressuposto que a terra-localização é fruto do trabalho humano que não pode ser apropriada equitativamente por todos (VILLAÇA, 2015), compreende-se a dimensão cada vez maior, de um espaço urbano desigual, devido à construção dessas novas formas do morar. A autossegregação, nesse sentido, é mais um processo que reforça a divisão social e desigual da cidade, pois atua sob o princípio da terra como mercadoria, proporcionando, dessa maneira, o acirramento da luta de classes, em prol do acesso coletivo aos espaços para a moradia.

Conforme explica Roma (2008), a visibilidade dos processos sociais, nas cidades pequenas, pode ser observada na proximidade das diferentes formas de moradia. Localizados em bairros distantes do centro da cidade, os empreendimentos residenciais fechados Caminho das Águas e Vitória constituem-se enquanto moradias autossegregadas através da visualização da distinção social por parte da maioria dos moradores da cidade, pois, "as desigualdades sociais são mais expressas na paisagem, diferenciando socioespacialmente grupos sociais" (ROMA, 2008, p. 84).

A localização das diferentes formas de habitação consolida-se enquanto fator imprescindível para a compreensão da divisão social do espaço e, portanto, da segregação socioespacial em diferentes escalas. Conforme mencionado acima, os empreendimentos residenciais fechados, observados na cidade de Casa Nova/BA, localizam-se em áreas não centrais, devido à necessidade de espaços maiores para a sua efetivação e a busca de uma "melhor localização" para as classes mais abastadas. Todavia, a atuação dos agentes produtores do espaço urbano constitui uma característica fundamental na escala das cidades pequenas, para o fortalecimento do processo de autossegregação.

Acesso à cidade e a dimensão público-privado também é um aspecto que precisa ser mencionado. Contribuindo para o processo de acumulação do capital, essas novas formas do morar interferem nos espaços públicos, quando privatizam espaços para o lazer, apropriam-se de ruas públicas, retirando o direito de todos à circulação na cidade e à convivência com a mesma em sua totalidade. Embora diferentes classes sociais estejam residindo com proximidade, na cidade de Casa Nova, a autossegregação efetiva-se na consolidação dos muros privados, que erguem-se impondo-se enquanto barreiras que freiam a convivência comunitária e "[...] a proximidade em física de usos diferentes e de conteúdos sociais e culturais diversos, não promove, em si, integração, mas gera separação socioespacial [...]" (CRUZ, 2013, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos residenciais fechados na cidade de Casa Nova/BA fazem parte de uma dinâmica global, advinda do modo de produção capitalista, que refaz a maneira como os sujeitos acessam os diferentes espaços da cidade para o consumo, lazer e moradia. Cada vez mais, os espaços urbanos se apresentam murados, controlados e restritos àqueles que podem pagar para consumir e habitar esses novos empreendimentos. Nesse sentido, as habitações, feitas para a classe média e alta, seguem um padrão inerente à propriedade privada e a exclusividade é valorizada.

Esse padrão, no entanto, apresenta aspectos que demonstram as condições desiguais a que diferentes pessoas estão sujeitas na cidade capitalista, uma vez que os empreendimentos residenciais fechados, por serem demarcados em sua localização, fazendo uma barreira ao outro, fortificam a concepção de que as moradias privadas possuem um maior valor quando comparadas àquelas estabelecidas comunitariamente abertas, na amplitude da cidade (CRUZ, 2013).

Para compreender o fenômeno da autossegregação em uma cidade, e no caso do presente artigo, uma cidade pequena, é preciso comparar as diversas áreas da cidade entre si e os territórios do morar. Dessa forma, observa-se que os empreendimentos residenciais fechados aqui mencionados, embora localizam-se em áreas distantes do centro da cidade, em seu entorno, ocorre a presença de moradias que contrastam com os aspectos de infraestrutura, lazer e segurança encontrados dentro desses empreendimentos murados.

Esse aspecto, no entanto, explicita como essas novas formas do morar se apresentam de maneira distinta, nos diferentes lugares, e redefinem a estrutura urbana das localidades em que se instalam. Na cidade de Casa Nova, essa tendência à localização em zonas periféricas, atua como um mecanismo de redefinição da dinâmica centro-periferia, uma vez que o avanço desses residenciais fechados atraem uma série de outras instalações (lojas, restaurantes, etc.), para o seu entorno, fenômeno característico da expansão e da redefinição do preço do solo urbano. É nesse momento que cabe questionar: o que acontece com os moradores, com baixo poder aquisitivo, que residem no entorno desses empreendimentos?

Eles são impelidos, pouco a pouco, a residirem em outras áreas da cidade, normalmente, nas bordas do perímetro urbano em que o preço do solo seja menor, embora o acesso à cidade e aos serviços apresente-se como uma dificuldade crescente. A reestruturação das cidades com base na expansão dos novos produtos imobiliários, fortifica as disparidades entre as classes (CRUZ, 2013), demarcando os espaços autossegregados e segregados socioespacialmente.

Espera-se que este artigo estimule mais pesquisas e reflexões a respeito do processo de autossegregação e como ele se expressa nas cidades pequenas, pois é fundamental, para a compreensão da urbanização brasileira, de suas contradições e dinâmicas, que esses núcleos urbanos sejam foco de análises, as quais podem, dentre outras coisas, contribuir para a formulação de políticas públicas que fortaleçam a busca por um espaço urbano mais justo, democrático e menos desigual, inclusive nas cidades pequenas.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Município Casa Nova–BA**. 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/290720>. Acesso em: 30 dez. 2021.

CARAVELA. Economia de Casa Nova – BA. **Caravela Dados e Estatísticas**, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/casa-nova---ba>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BARRIOS, S. A produção do espaço. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de (Org.). **A Construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática S.A, 1989.

_____. Rede Urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

CRUZ, P. F. S. **Reestruturação urbana em Petrolina (PE)**: um olhar a partir da implantação dos novos produtos imobiliários. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2006.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Cidades**, Casa Nova – BA 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/casa-nova/panorama>. Acesso em: 30 nov. 2021.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **L'espace**: produit social et valeurd'usage. **La Nouvelle Revue Socialiste**, Paris, n. 18, p. 11-20, 1976.

MGF IMÓVEIS. **Terreno no condomínio Vitória**. Publicado em 20??. Disponível em: <https://ba.mgfimoveis.com.br/terreno-no-condominio-vitoria-venda-ba-casa-nova-109928930>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PORTAL CASA NOVA. **Vinícolas de Casa Nova estão entre as que integram o Vale do São Francisco se destacam na produção de vinhos e espumantes em cidade da Bahia**. Publicado em 20??. Disponível em: <https://portalcasanova.com.br/2019/07/casa-nova-vinicolas-de-casa-nova-estao.html>. Acesso em: 02 nov. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA/BA. **A Cidade**. Publicado em 28/11/2018. Disponível em: <https://www.casanova.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/a-cidade/6501>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: Unesp, 2008.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA – SEAGRI. **Bahia tem três municípios entre os cinco maiores produtores de manga do país**: Juazeiro (2°), Casa Nova (3°) e Livramento de Nossa senhora (5°). Gov. Bahia. Publicado em 04/10/2021. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-197.

_____. Propriedade Fundiária e Capital Imobiliário: reestruturando a cidade. ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 4., 1993, Mérida. **Anais...** Mérida, Venezuela: EGAL, 1993.

_____. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém, Pará: Fase, 2009.

VILLAÇA, F. Capitalismo transformou a localização da terra em mercadoria. **UOL Notícias**, 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2015/02/24/capitalismo-transformou-a-localizacao-da-terra-em-mercadoria.htm>. Acesso em: 21 nov. 2021.

_____. A terra como capital (ou a terra localização). **Espaço & Debates**, n. 16, p. 5-4, 1985.

Como citar:

ABNT

OLIVEIRA, J. C. R.; PEREIRA, C. S. S. Novos territórios do morar em cidades pequenas: a autossegregação espacial em Casa Nova – BA. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. esp., e2023.09, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.09>. Acesso em: 18 jan. 2023.

APA

Oliveira, J. C. R., & Pereira, C. S. S. Novos territórios do morar em cidades pequenas: a autossegregação espacial em Casa Nova – BA. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, *v. 9, n. esp.,* e2023.09, 2023. Recuperado em 18 janeiro, 2023, de http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.09

This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2023, Universidade Federal do Maranhão.